



Estudos Teológicos foi licenciado com uma Licença Creative Commons –  
Atribuição – NãoComercial – SemDerivados 3.0 Não Adaptada

<http://dx.doi.org/10.22351/etv59i2.3748>

## O MÉTODO HISTÓRICO-CRÍTICO E A QUESTÃO HERMENÊUTICA DA INTENÇÃO DO AUTOR: UMA PROBLEMATIZAÇÃO<sup>1</sup>

*The historical-critical method and a hermeneutic question of the author's intention:  
a problematization*

**Oswaldo Luiz Ribeiro<sup>2</sup>**

**Resumo:** Problematiza-se a noção de que o método histórico-crítico vincule-se necessariamente ao pressuposto hermenêutico da leitura de textos a partir da intenção do autor. Problematiza-se o pressuposto de que o método histórico-crítico apresente ferramentas que propiciem ao intérprete o acesso teórico-metodológico à intenção do autor assumida como ainda plasmada no texto. A problematização se dá por meio de dois argumentos. Primeiro, a análise dos objetivos das ferramentas que constituem o método histórico-crítico não revela instrumentos que facultem acesso à intenção do autor dos textos analisados pelo método. Segundo, conclui-se que o pressuposto hermenêutico da leitura de textos com base na intenção de seus autores constitua um capítulo da hermenêutica de Schleiermacher, e não do método histórico-crítico. Conclui-se com a afirmação de que o método histórico-crítico não possui uma discussão interna relacionada à hermenêutica e que uma discussão nessa direção somente levaria à assunção da *intentio auctoris* como princípio hermenêutico caso o pressuposto de saída fosse a hermenêutica de Schleiermacher.

**Palavras-chave:** Método histórico-crítico. Abordagem histórico-social. Schleiermacher. Intenção do autor. *Intentio auctoris*.

**Abstract:** The article problematizes the notion that the historical-critical method is necessarily linked to the hermeneutical presupposition of reading texts from the author's intention. The article problematizes the assumption that the historical-critical method presents tools that provide the interpreter with the theoretical-methodological access to the intention of the author assumed as still embodied in the text. The problematization occurs by means of two arguments. First, the analysis of the objectives of the tools that constitute the historical-critical method does not reveal instruments that provide access to the intention of the author of the texts analyzed by the method. Second, the argument concludes that the hermeneutical presupposition of reading texts based on the

---

<sup>1</sup> O artigo foi recebido em 19 de julho de 2019 e aprovado em 27 de julho de 2019 com base nas avaliações dos pareceristas *ad hoc*.

<sup>2</sup> Doutor. Faculdade Unida de Vitória, Vitória, ES. E-mail: [osvaldo@fuv.edu.br](mailto:osvaldo@fuv.edu.br)

intention of their authors constitutes a chapter of Schleiermacher's hermeneutics and not of the historical-critical method. It concludes with the assertion that the historical-critical method does not have an internal discussion related to hermeneutics and that a discussion in this direction would only lead to the assumption of the *intentio auctoris* as hermeneutical principle if the premise was Schleiermacher's hermeneutics.

**Keywords:** Historical Critical Method; Historical social approach. Schleiermacher. Intention of the author. *Intentio auctoris*.

## Introdução

O objetivo do presente artigo é problematizar o pressuposto da vinculação teórico-metodológica entre a metodologia histórico-crítica e a noção hermenêutica da intenção do autor. Por meio de dois caminhos argumentativos se pretende assentar tal problematização. Em síntese, a) os objetivos declarados de cada ferramenta do método histórico-crítico não se apresentam como potencializadores da faculdade do intérprete de alcançar, no texto e por meio do texto, algo subjetivo e psicológico como a intenção do autor, cuja “tese” se pretenderá demonstrar por meio da exemplificação de dois “manuais”, o de Odete Mainville<sup>3</sup> e o de Simian-Yofre e outros<sup>4</sup>; e b) a tese que postula a hermenêutica como compreensão de textos com base na intenção de seus autores não está relacionada ao método histórico-crítico, mas à hermenêutica de Schleiermacher.

À comunidade crítica interessada na discussão se oferece o presente conjunto de argumentos, na expectativa de que suas eventuais impropriedades, de qualquer natureza, sejam corrigidas. A intenção deste autor é contribuir para o aperfeiçoamento da pesquisa.

## A autoapresentação das ferramentas histórico-críticas

Há algum tempo que as metodologias histórico-críticas são objeto de críticas que talvez se pudessem classificar como de recorte pós-moderno.<sup>5</sup> Por exemplo, Umberto Eco disse o seguinte a respeito da “intenção do autor”: ela seria “muito difícil de descobrir e frequentemente irrelevante para a interpretação de um texto”<sup>6</sup>. Nenhum dos dois argumentos parece adequado à argumentação, mas não é o objetivo aqui discutir teoria da interpretação, mas apenas ilustrar o tipo de crítica que as metodologias histórico-críticas têm recebido desde há alguns anos. Na verdade, se considerarmos os esforços de Carlo Ginzburg para superar as mesmas críticas pós-modernas à ati-

<sup>3</sup> MAINVILLE, Odette. *A Bíblia à luz da História*. Guia de exegese histórico-crítica. São Paulo: Paulinas: 1999.

<sup>4</sup> SIMIAN-YOFRE, Horácio et al. (Orgs.). *Metodologia do Antigo Testamento*. São Paulo: Loyola, 2000.

<sup>5</sup> Para uma discussão sobre perspectiva histórico-crítica e pós-moderna, cf. VAN SETERS, John. A response to G. Aichelle, P. Miscall and R. Walsh, “An elephant in the room: historical-critical and postmodern interpretations of the bible”. *Journal of Hebrew Scriptures*, v. 9, p. 1-13, 2009.

<sup>6</sup> ECO, Umberto. *Interpretação e superinterpretação*. São Paulo: Martins Fontes, 1993. p. 29.

vidade historiográfica<sup>7</sup>, talvez se devesse considerar que se trata de uma crítica antes de tudo à perspectiva histórica mais factual, dita “positivista”, com reverberações na teoria da interpretação e, conseqüentemente, nos estudos relacionados à exegese bíblica. Quando fala de “intenção original do texto”<sup>8</sup>, Odette Mainville não está utilizando nem a mesma expressão nem com o mesmo sentido da fórmula empregada por Umberto Eco: “intenção do texto”. A autora refere-se à intenção “original”, e essa qualificação aponta para a intenção expressa no autógrafa. Mais adiante a autora usará a expressão “teologia do autor”<sup>9</sup>. Umberto Eco está mais preocupado com literatura e se expressa mais a partir da consideração de que o texto seja um mundo em si mesmo. Não se trata, para ele, de questões histórico-críticas. Deve-se então aplicar ao próprio guia citado a seguinte questão: alguma ferramenta apresentada no próprio guia tem por objetivo a compreensão hermenêutica da intenção original do texto? Em última análise, a questão que se coloca é se o método histórico-crítico pode ser assumido como um método de interpretação, ao menos como método de interpretação baseado na “intenção original”<sup>10</sup>.

Uma resposta inicial poderia se dar com base na apresentação que Trebolle Barrera faz do método histórico-crítico. Segundo o autor, o método histórico-crítico dependeria basicamente da ilustração do século XVIII e da consciência histórica do romantismo. Os dois princípios teriam operado na produção da cultura de determinação da autoria, do lugar e da data de composição de textos, além das “fontes e sentido original dos escritos clássicos e bíblicos”<sup>11</sup>.

Individualmente, as ferramentas que compõem o conjunto metodológico histórico-crítico são apresentadas, discutidas e exemplificadas por Odette Mainville e Simian-Yofre, e a análise de sua apresentação revela que, em última instância, não se está diante de ferramentas de interpretação, mas de ferramentas que podem – e, em perspectiva histórico-crítica, devem – auxiliar processos de interpretação de textos bíblicos. É, entretanto, curioso que, ainda que não consubstanciada em uma ferramenta do conjunto histórico-crítico, a questão da identificação do “sentido original” dos textos seja nomeada como relacionada ao método. Evidentemente, a preocupação do exegeta histórico-crítico não deveria ser confundida com a especificidade do método histórico-crítico.

Parece adequado avaliar a citada declaração da autora por meio de seu próprio manual. O referido guia está dividido em duas partes. Na primeira, discutem-se dois temas: o texto bíblico em si e a ferramenta de crítica textual<sup>12</sup>. Na segunda seção, discutem-se ferramentas comuns do método: crítica das fontes, crítica do gênero literário, história da tradição, crítica da redação e uma seção em que se discute “método

---

<sup>7</sup> GINZBURG, Carlo. *Relações de força*. História, retórica, prova. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

<sup>8</sup> MAINVILLE, 1999, p. 30.

<sup>9</sup> MAINVILLE, 1999, p. 130.

<sup>10</sup> Cf. BUBAN, Michael. *Place and significance of historical criticism in biblical hermeneutics*. Thesis (Master of Theology) – Continental Theological Seminary, Brussels, 2017.

<sup>11</sup> TREBOLLE BARRERA, 1995, p. 682.

<sup>12</sup> MAINVILLE, 1999, p. 15-64.

comparativo”<sup>13</sup>. Já sob um primeiro olhar, nenhuma das seções parece apontar para ferramentas de percepção de sentido: hermenêutica, interpretação, semântica, nenhuma dessas expressões aparecem.

Resta avaliar se os objetivos de cada ferramenta constitutiva do método histórico-crítico conforme discutida no guia declaram-se interessados na questão hermenêutica. Pois bem, o objetivo da crítica textual seria “estabelecer, com a maior fidelidade possível, o teor original (do) [...] texto (bíblico)”<sup>14</sup>. O objetivo da ferramenta “crítica das fontes” seria, fundamentalmente, “estabelecer se o texto estudado é obra de um só autor (texto unificado) ou se contém várias unidades preexistentes (texto compósito)”<sup>15</sup>. O objetivo do método comparativo seria “estabelecer o paralelismo dos textos extrabíblicos e os textos bíblicos que utilizaram gêneros literários idênticos”<sup>16</sup>. À história da tradição caberia “acercar-se da origem de uma tradição, descrever sua evolução e explicar as transformações que sofreu no curso de sua transmissão”<sup>17</sup>.

Quanto ao modo como a autora lida com a ferramenta crítica do gênero literário, o objetivo seria duplo: de um lado, considerar a forma textual à luz de um sistema de classificação de gêneros literários aplicáveis, e, em segundo lugar, determinar o contexto vital associado àquela forma particular por meio do qual o texto se materializa<sup>18</sup>. A autora declara que “o objetivo da crítica do gênero literário é chegar ao reconhecimento do quadro cultural do qual o texto emana, para então compreender, da melhor maneira possível, o sentido e o alcance desse texto”<sup>19</sup>. Mas pode a determinação da forma literária de um texto, e mesmo a sua associação com determinado *Sitz im Leben* determinar necessariamente o sentido dessa composição? É, efetivamente, a crítica do gênero literário uma ferramenta de interpretação? Parece correto considerar que qualquer ferramenta de interpretação, em perspectiva histórico-crítica, deverá servir-se necessária, mas instrumentalmente, da ferramenta analisada. Mas a ferramenta em si não se confunde com a atividade de interpretação. Contribui fortemente com o processo hermenêutico, mas não se identifica com ele. Gênero literário é uma coisa, e, para manter a expressão da autora, “intenção de textos”, outra.

É na crítica da redação que se poderia contestar a afirmação que aqui se tem feito quanto a não ser o conjunto de ferramentas histórico-críticas destinado especificamente à interpretação do sentido original de textos, conquanto indispensável à sua interpretação em perspectiva histórico-crítica. A autora escreve o seguinte: “o objetivo principal (da crítica da redação) passa a ser trazer à luz a teologia do autor”<sup>20</sup>. Ora, tal empreitada consistiria, em última análise, em interpretação, porque não se poderia extrair a teologia do autor do texto sem interpretar esse texto desse autor. Como es-

---

<sup>13</sup> MAINVILLE, 1999, p. 65-144.

<sup>14</sup> MAINVILLE, 1999, p. 39.

<sup>15</sup> MAINVILLE, 1999, p. 69.

<sup>16</sup> MAINVILLE, 1999, p. 104.

<sup>17</sup> MAINVILLE, 1999, p. 113.

<sup>18</sup> MAINVILLE, 1999, p. 90-91.

<sup>19</sup> MAINVILLE, 1999, p. 101.

<sup>20</sup> MAINVILLE, 1999, p. 130.

estratégia de apresentação de sua compreensão da ferramenta, Mainville distingue dois tipos de textos que seriam objeto da crítica da redação: de um lado, um texto que se serve de fonte, e, de outro lado, “um texto do qual não se conhece a fonte”<sup>21</sup>. A autora não fala de um texto *sem* fonte, mas de um texto cuja fonte é desconhecida. No conjunto, está pressuposto que um texto submetido à análise da “crítica da redação” foi redigido à luz de fonte prévia, seja conhecida, seja desconhecida. É curiosa a situação, porque outro manual de exegese diacrônica tem algo similar, mas não idêntico a dizer:

o objetivo da crítica da redação, assim como o da crítica da composição, é um texto não-unitário. Supõe, portanto, que tenha havido processo de crescimento do texto. Se um texto se manifestasse absolutamente unitário e homogêneo, não haveria espaço para a crítica da redação<sup>22</sup>.

Tanto Simian-Yofre como Mainville parecem ter em mente que a ferramenta crítica da redação aplica-se não a um texto escrito inteiramente, e sem fonte, por um autor histórico, mas a uma composição de um autor que se serve de material pré-existente ou que sofre acréscimos no decurso do tempo. Parece correto concluir que nem mesmo a crítica da redação constituiria um instrumento de interpretação, mas uma ferramenta auxiliar, e, ainda assim, como se viu dizer, para casos muito específicos.

Pode-se ampliar a argumentação mantendo sobre a mesa o livro citado organizado por Simian-Yofre. O capítulo escrito pelo organizador, e citado acima, constitui um guia de metodologia histórico-crítica, e dele se poderiam fazer as mesmas observações feitas ao guia de Odette Mainville, acrescentando algumas considerações. Por exemplo, a declaração de Simian-Yofre quanto à “incapacidade de o método histórico-crítico abrir-se a uma interpretação atual do texto, superando assim a distância entre texto e leitor”<sup>23</sup>. Trata-se de uma declaração do autor que estabelece conscientemente um limite do método – e não um defeito. Mas, a rigor, seria pertinente dizer que o limite do método é justamente abrir-se à interpretação. Ainda que Simian-Yofre considere que o termo *histórico*, que constitui a expressão método histórico-crítico, aponte para a dependência entre o sentido de um texto e o tempo de sua composição, e essa é uma declaração teórico-metodológica do manual, com a qual se deve, naturalmente concordar, disso não se desprende que o método ofereça uma ferramenta específica para identificar essa relação por meio de uma atividade hermenêutica da parte do exegeta que se serve das ferramentas do método e que só tenha em mãos essas ferramentas. No entanto, da mesma forma como não se identifica uma ferramenta de interpretação no guia de Mainville, no manual de Simian-Yofre tampouco.

Levando em consideração a advertência que o autor faz sobre o problema da nomenclatura das ferramentas nos diversos manuais, encontram-se no capítulo praticamente as mesmas ferramentas apresentadas no guia de Mainville: crítica textual,

---

<sup>21</sup> MAINVILLE, 1999, p. 134.

<sup>22</sup> SIMIAN-YOFRE, Horácio. Diacronia: os métodos histórico-críticos. In: SIMIAN-YOFRE, 2000, p. 85.

<sup>23</sup> SIMIAN-YOFRE, 2000, p. 76.

crítica da constituição do texto, crítica da redação (e da composição), crítica da transmissão do texto, crítica da forma, crítica do gênero literário e crítica das tradições.

Aqui se deveria dar atenção especial à crítica da forma. Nos termos da apresentação de Simian-Yofre, “o objetivo da crítica da forma é o texto escrito, determinado pela crítica da constituição do texto e eventualmente pela crítica da redação”<sup>24</sup>, já que a ferramenta diria respeito “a todo aspecto propriamente linguístico de um texto”<sup>25</sup>, que se desdobraria em cinco ambientes: fonemático, sintático, semântico, estilístico e estrutural. No conjunto, trata-se da ferramenta que capacita para a leitura do texto – o nível sonoro do texto<sup>26</sup>, o nível morfológico, lexicológico e gramatical do texto<sup>27</sup>, o nível semântico das palavras do texto, tratado “por meio dos léxicos (*dictionary*) e da concordância”<sup>28</sup>, o nível do “efeito expressivo do texto”<sup>29</sup> e o nível estrutural da organização textual<sup>30</sup>. A rigor, são momentos fundamentais do envolvimento com um texto que se pretende interpretar histórico-criticamente, mas não são, em si mesmos, esse preciso momento.

É, todavia, no capítulo assinado por Jean Louis Ska, nessa mesma obra organizada por Simian-Yofre, que vem à tona a diferença significativa de especificidade entre a abordagem diacrônica (histórico-crítica) e a sincrônica (narratologia). O fato de que tal diferença se ilumina em uma mesma obra metodológica parece reforçar o argumento que aqui se desenvolve. Para Ska, a análise narrativa teria como finalidade “qual é o itinerário que o texto propõe ao leitor”<sup>31</sup>, o que se traduziria na identificação das perguntas que o texto faz ao leitor, as respostas a tais perguntas que o próprio texto conteria ou suscitaria, “as impressões, as ideias, os valores e os juízos que se lhe oferecem e a síntese que só ele pode operar”<sup>32</sup>. Os princípios que norteariam a análise narrativa são apresentados como sendo a delimitação do texto<sup>33</sup>, o estudo do tecido verbal da narração<sup>34</sup>, a distinção entre “o texto real da narração” e “o relato tal qual o leitor o recompõe durante a leitura”<sup>35</sup>, e, finalmente, a cronologia plasmada na narrativa<sup>36</sup>. Quanto às etapas procedimentais da análise, seriam: a identificação da trama ou

---

<sup>24</sup> SIMIAN-YOFRE, 2000, p. 94.

<sup>25</sup> SIMIAN-YOFRE, 2000, p. 94.

<sup>26</sup> SIMIAN-YOFRE, 2000, p. 94.

<sup>27</sup> SIMIAN-YOFRE, 2000, p. 95.

<sup>28</sup> SIMIAN-YOFRE, 2000, p. 95.

<sup>29</sup> SIMIAN-YOFRE, 2000, p. 97.

<sup>30</sup> SIMIAN-YOFRE, 2000, p. 99.

<sup>31</sup> SKA, Jean Louis. Sincronia: a análise narrativa. In: SIMIAN-YOFRE, 2000, p. 129.

<sup>32</sup> SKA, 2000, p. 129.

<sup>33</sup> SKA, 2000, p. 129-130.

<sup>34</sup> SKA, 2000, p. 130-132.

<sup>35</sup> Conquanto não me pareça relevante para a questão da interpretação *do texto*, salvo se operar a presunção de que o intérprete confunde-se aí com o leitor, de sorte que, para interpretar, ele inflaciona o texto. Para a referência, cf. SKA, 2000, p. 132-133.

<sup>36</sup> SKA, 2000, p. 133-135.

do enredo<sup>37</sup> e de suas subdivisões<sup>38</sup>, a análise das personagens ou atores da narrativa<sup>39</sup>, a consideração quanto à noção e ao papel do narrador, da narração e do leitor<sup>40</sup> e o que Ska chama de “ponto de vista”, apresentado como “talvez uma das mais sutis (noções) da análise narrativa”, que consistiria na identificação dos pontos de vista do autor/narrador, do relato em si mesmo e do leitor<sup>41</sup>. Independentemente de haver ou não concordância total entre o programa narratológico e a percepção de interpretação histórico-crítica que aqui se tem em tela, o que significa dizer que se poderiam apontar elementos do programa que operam fundamentalmente em diapasão pós-crítico, resulta necessário admitir, todavia, que o programa da análise narrativa constitua muito mais claramente um programa de interpretação do que o conjunto inteiro de ferramentas histórico-críticas. A simples leitura dos itens constitutivos do programa facultam a percepção da diferença entre os dois modelos. O método histórico-crítico opera na desconstrução da tradição aplicada sobre seu objeto e na reconstrução crítica desse objeto, e apenas muito parcial e periféricamente preocupa-se realmente com a sua interpretação. Já o programa narratológico apresenta-se fundamentalmente preocupado com o sentido do texto, conquanto invista energia para dissociar-se dos fundamentos histórico-críticos, por ele assumidos como relacionados à intenção autoral.

É verdade que se podem ler críticas ao método-histórico-crítico que sugerem sua vinculação ao que aqui se questiona. Por exemplo: “os limites dos pressupostos do método histórico-crítico têm suas raízes no paradigma moderno-iluminista, que trabalha com categorias tais como intenção autoral e leitor real”<sup>42</sup>, mas é a intenção deste artigo sugerir que tanto os que defendem o método quanto aqueles que o criticam, vinculando-o à preocupação hermenêutica com a intenção autoral, ou à “do texto”, parecem ter sobre a mesa um conjunto de operações que não se permite apontar entre as ferramentas do método. Recorde-se o comentário de Dobberahn a respeito da exegese do Salmo 58 feita por Bonhoeffer: “a interpretação de Bonhoeffer não está baseada apenas na análise histórico-crítica, mas pressupõe outras coisas que não são necessariamente resultado da pesquisa histórico-crítica”<sup>43</sup>. Talvez se possa considerar que é justamente o mecanismo de interpretação que constitua o conteúdo material daquelas “outras coisas que não são necessariamente resultado da pesquisa histórico-crítica”. A vinculação da metodologia histórico-crítica ao princípio crítico-filosófico de que textos

---

<sup>37</sup> SKA, 2000, p. 135-136. Percebe-se aqui fortemente a dependência da análise narrativa do ambiente literário.

<sup>38</sup> SKA, 2000, p. 137-140.

<sup>39</sup> SKA, 2000, p. 140-142.

<sup>40</sup> SKA, 2000, p. 142-144.

<sup>41</sup> SKA, 2000, p. 144-147.

<sup>42</sup> TERRA, Kenner R. C. A leitura das narrativas sagradas: uma crítica à exegese tradicional à luz da Semiótica da Cultura e Teorias Narrativas. *HORIZONTE - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião*, v. 14, n. 43, p. 859-889, 30 set. 2016. p. 872.

<sup>43</sup> DOBBERAHN, 1988, p. 35. A exegese mencionada pelo autor citado é informada como BONHOEFFER, Dietrich. *Gesammelte Schriften*. München: Kaiser, 1958. Para desdobramentos relacionados à inserção geopolítica e social do exegeta, cf. GERSTENBERGER, Erhard S. Exegese vétero-testamentária e sua contextualização na realidade. *Estudos Teológicos*, v. 24, n. 3, p. 203-213, 1984.

constituem expressão histórica de seres humanos historicamente situados não significa necessariamente a afirmação de que o método tenha por intenção ou mesmo disponha de mecanismos específicos para a identificação, no texto, dessa intenção.

## **Interpretação psicológica e intenção do autor**

Não se está propondo aqui uma discussão a respeito da teoria da interpretação. A questão da interpretação vem à tona no presente contexto dado o fato de que se tem vinculado o método histórico-crítico à noção hermenêutica da necessidade de busca pela intenção do autor de um texto. Pretende-se aqui argumentar que a noção hermenêutica de interpretação como busca pela intenção do autor deriva não da metodologia histórico-crítica, mas dos postulados teórico-metodológicos de Schleiermacher: a hermenêutica “psicológica”.

Trebolle Barrera inclui Schleiermacher no rol dos teóricos do século XIX que operaram a partir da “hermenêutica da simpatia e da congenialidade”<sup>44</sup>. Não vem ao caso, aqui, o fato de que há autores que classifiquem como “ilusão romântica” a noção de congenialidade hermenêutica<sup>45</sup>, porque mesmo quem assim se expresse, no mesmo lugar e ao mesmo tempo assevere que “a compreensão pode ocorrer e de fato ocorre com ou sem a congenialidade com o autor”<sup>46</sup>. A crítica citada interditaria a declaração de que toda hermenêutica é ou deve ser operada no nível da congenialidade entre leitor e autor, mas não interdita a proposição de *uma* hermenêutica da congenialidade. Também não se deveria considerar que a noção de congenialidade, mas, a rigor, a de empatia, constitua exigência de acordo entre o leitor e o autor, como pressupõe a crítica do citado Palmer: “podemos interpretar um texto bíblico ou um texto jurídico e não estarmos pessoalmente de acordo com o seu autor”<sup>47</sup>. A noção de empatia na hermenêutica de Schleiermacher não tem relação com acordos morais, políticos, teológicos ou de qualquer natureza entre o leitor, que opera o procedimento, e o autor, objeto dele, mas a noção de acesso psicológico-vivencial entre dois seres humanos: “a tarefa da hermenêutica consiste em recriar da maneira mais perfeita todo o curso interior da atividade criadora do escritor”<sup>48</sup>, ou, citando diretamente o próprio Schleiermacher: “o objetivo da hermenêutica é a compreensão no mais alto sentido [...]. A isso também pertence compreender o escritor melhor do que ele se compreende a si mesmo”<sup>49</sup>. Recriar os processos mentais do autor e compreendê-lo ainda melhor do que ele próprio a si mesmo não significa compartilhar os valores e as ideias do escritor interpretado.

---

<sup>44</sup> TREBOLLE BARRERA, 1995, p. 678.

<sup>45</sup> PALMER, Richard. *Hermenêutica*. Lisboa: 70, 1999. p. 191.

<sup>46</sup> PALMER, 1999, p. 191.

<sup>47</sup> PALMER, 1999, p. 237.

<sup>48</sup> SCHLEIERMACHER, Friedrich. *Hermeneutik und Kritik*. Frankfurt: Suhrkamp, 1977. p. 321 apud DA SILVA, Rui Sampaio. A reabilitação da empatia: da hermenêutica à filosofia da mente. *Filosofia: Revista da Faculdade de Letras do Porto*, v. 25-26, 2009, p. 179.

<sup>49</sup> SCHLEIERMACHER, Friedrich. *Hermeneutics and criticism*. And other writings. Cambridge: Cambridge Press, 1988, p. 228. Cf. TREBOLLE BARRERA, 1995, p. 680.



Seja como for, é lugar comum na literatura sobre o tema considerar que Schleiermacher propõe dois níveis ou momentos da interpretação: o gramatical e o psicológico<sup>50</sup>, que Schleiermacher considerava situarem-se no mesmo nível de relevância.<sup>51</sup> Sobre a interpretação psicológica, da Silva tem o seguinte a dizer:

Através da (interpretação psicológica) [...] o intérprete procura apreender a individualidade do autor, recriando os seus pensamentos e emoções. Uma vez que tem como objeto algo que é singular, a interpretação psicológica não se pode regular por princípios gerais, baseando-se [...] numa congenialidade entre ambos. A apreensão de uma individualidade não é um ato cego, e requer mesmo o recurso a um método comparativo, mas culmina inevitavelmente num ato divinatório através do qual o intérprete se transpõe para o autor [...]. A interpretação psicológica é uma clara precursora da moderna teoria da simulação<sup>52</sup>.

Trata-se da consideração pela singularidade existencial do escritor, pela “existência da pessoa individual”<sup>53</sup>, aquilo que é “original” nesse indivíduo em questão<sup>54</sup>, e, de novo, não vêm ao caso aqui os desdobramentos posteriores relacionados também à crítica a tais postulados ou mesmo se se trata da fascinação novecentista do teórico pela ideia do gênio.<sup>55</sup> No procedimento hermenêutico em discussão, nenhuma das duas dimensões – gramatical e psicológica – deve nem superar nem substituir a outra, impondo-se ao leitor operar concomitantemente a interpretação gramatical e a interpretação psicológica do texto do escritor.<sup>56</sup> A prática da “arte” hermenêutica é, então, assim sintetizada por Schleiermacher: “a arte (da interpretação) só pode desenvolver suas regras a partir de uma fórmula positiva e esta é a reconstrução histórica e divinatória (profética), objetiva e subjetiva do enunciado dado”<sup>57</sup>. A hermenêutica proposta por Schleiermacher pretende que o leitor opere – ao mesmo tempo – histórica e di-

<sup>50</sup> PALMER, 1999, p. 90-95; DA SILVA, 2009, p. 179; TREBOLLE BARRERA, 1995, p. 678-680. Cf. SCHLEIERMACHER, 1988, p. 9-10.

<sup>51</sup> SCHLEIERMACHER, 1988, p. 10.

<sup>52</sup> DA SILVA, 2009, p. 179. Cf. PALMER, 1999, p. 95.

<sup>53</sup> SCHLEIERMACHER, 1988, p. 10.

<sup>54</sup> SCHLEIERMACHER, 1988, p. 13. No contexto, Schleiermacher argumenta que o ponto central da abordagem gramatical é o que constitui o que há de clássico e universal na linguagem, enquanto o ponto central da aproximação psicológica é aquilo que aparece como original e singular no pensamento do escritor.

<sup>55</sup> Cf. RICOEUR, Paul. *Interpretação e ideologias*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. p. 20-24.

<sup>56</sup> SCHLEIERMACHER, 1988, p. 14. Com Palmer: “certamente que ambos os aspectos da interpretação são necessários e de fato interagiam constantemente” (PALMER, 1999, p. 95).

<sup>57</sup> SCHLEIERMACHER, 1988, p. 23. A tradução é do autor do presente artigo. A tradução que aparece em Palmer difere substancialmente na qualificação da fórmula positiva em questão: “arte [da interpretação] só pode desenvolver as suas regras fora de uma fórmula positiva que é: a reconstrução histórica, divinatória, objetiva e subjetiva de uma dada expressão linguística” (PALMER, 1999, p. 95). “A partir de”, como aqui se traduziu, ou “fora de”, como traduziu Palmer? O texto em inglês é o seguinte: “the art can only develop its rules from a positive formula and this is the historical and divinatory (prophetic) objective and subjective reconstruction of the given utterance”. Parece correto considerar que se deva traduzir “from” como a partir de. De qualquer forma, pode-se recorrer ao texto alemão do próprio autor, onde se pode ler “nur aus einer positiven Formel” (SCHLEIERMACHER, Friedrich. *Hermeneutik und Kritik mit besonderer Beziehung auf das Neue Testament*. Berlin: Reimer, 1838. p. 31).

vinatoriamente<sup>58</sup>, objetiva e subjetivamente, e que seu objeto seja “a reconstrução do enunciado dado”<sup>59</sup>.

O termo divinatório está relacionado ao fato de que a interpretação psicológica pressupõe acesso do leitor, por meio do texto, à mente do escritor, dado que se considera que “o enunciado dado” a que se fez referência constitua, a rigor, um ato da mente do escritor.<sup>60</sup> O escritor imagina o que vai escrever, escreve o que imaginou que escreveria, aquilo que imaginou escrever está, agora, plasmado no texto, e, nos termos do regime hermenêutico da interpretação psicológica de Schleiermacher, deve agora o leitor discernir nesse texto aquele enunciado imaginado pelo autor e sua intencionalidade histórica. A questão que se impõe, então, é como pode o leitor saltar do texto, onde se registra a expressão mental do autor, para a dimensão subjetiva desse autor. É precisamente essa questão que responde pelos termos que Schleiermacher usa para desenvolver sua proposta: interpretação como “arte” e “interpretação psicológica”. Isso significa que a famosa definição schleiermacheriana de hermenêutica – “a arte de compreender particularmente o discurso escrito de outra pessoa corretamente”<sup>61</sup> – pressupõe teórico-metodologicamente a reconstrução do enunciado a partir do qual se consubstancia o texto interpretado. A despeito da opinião de Umberto Eco, para quem, como se viu, a intenção do autor é irrelevante e difícil de descobrir, é com Schleiermacher que se pode falar positivamente da vinculação propositiva entre hermenêutica e intenção do autor, e a opinião do eminente romancista e semiólogo não altera em absolutamente nada esse fato: ser irrelevante (para quem?) e ser de difícil identificação não são argumentos que interditem o fato histórico, de um lado, de textos nascerem de intencionalidades históricas, e, de outro, de *um* programa hermenêutico decidir-se por desenvolver mecanismos de identificação disso que é dado como muito difícil de descobrir.

É verdade que na mesma introdução onde se encontra a definição de hermenêutica citada, Schleiermacher vincule hermenêutica e crítica. Seu argumento gira em torno da declaração de que tanto a confiança na integridade crítica do texto pressupõe a prática hermenêutica, quanto essa prática pressupõe aquela confiança. Para assumir-se a integridade de um texto, seria necessária a interpretação desse texto, ao mesmo tempo em que, para interpretá-lo, seria preciso, antes, garantir a sua integridade crítica.<sup>62</sup> No desenvolvimento do argumento, Schleiermacher assenta que a coexistência entre hermenêutica e crítica não pode ser dissociada, ao mesmo tempo em que assume que a coexistência entre ambas igualmente não pode ser dissociada de sua coexistência com a gramática.<sup>63</sup> Assim, fecha-se o círculo teórico-metodológico formado pela

---

<sup>58</sup> Ricoeur usa o termo “adivinhatório” para referir-se a essa modalidade da interpretação schleiermacheriana (cf. RICOEUR, 1988, p. 22).

<sup>59</sup> Em alemão, “gegebenen Rede” (SCHLEIERMACHER, 1838, p. 32). Na tradução para o inglês, “the given utterance” (SCHLEIERMACHER, 1988, p. 23). Em Palmer, “uma dada expressão linguística” (PALMER, 1999, p. 96).

<sup>60</sup> SCHLEIERMACHER, 1988, p. 9.

<sup>61</sup> SCHLEIERMACHER, 1988, p. 3 (“the art of understanding particularly the written discourse of another person correctly”).

<sup>62</sup> SCHLEIERMACHER, 1988, p. 3-4.

<sup>63</sup> SCHLEIERMACHER, 1988, p. 4.

crítica, pela hermenêutica psicológica e pela hermenêutica gramatical, cuja simbiose poderia levar à declaração de que os métodos histórico-críticos, portanto, pressupõem a consideração pela intenção do autor. Todavia, como se viu, nenhuma das ferramentas do método histórico-crítico faculta ao intérprete instrumental de acesso subjetivo e divinatório ao pensamento do autor, pressuposto na compreensão que Schleiermacher tem de seu programa. Por outro lado, seria possível reconhecer que, quanto ao caráter histórico e objetivo das rotinas pressupostas, aí sim a metodologia histórico-crítica habilmente instrumentalize seus operadores. No entanto, a vinculação do método histórico-crítico à questão hermenêutica da intenção do autor impõe que o conjunto de ferramentas histórico-críticas permita ao intérprete que as utiliza em seu procedimento hermenêutico encontrar *nelas* os instrumentos técnicos ou artísticos para operar nas instâncias subjetivas e divinatórias pressupostas na hermenêutica que tem em vista a intenção do autor. Salvo engano, não é possível identificar no embornal histórico-crítico esse tipo de ferramenta.

Alguém poderia objetar que o método histórico-crítico sofreu desenvolvimentos e ampliações teórico-metodológicas no século XX, e que, portanto, aprovada ou reprovada, a vinculação do método à noção de intenção do autor assim se justifique. No entanto, ainda que se aceite a tese de que a abordagem histórico-social constitua desenvolvimento interno e necessário da metodologia histórico-crítica, não se estará, com isso, revelando o estabelecimento de ferramentas que permitam ao intérprete operar divinatoriamente.<sup>64</sup> O programa de interpretação histórico-social está mais para um aprofundamento dos princípios histórico-críticos do que para o aprimoramento das ferramentas inerentes àquele método.<sup>65</sup> Isso significaria dizer que, na origem, o princípio fundamental do método implica assumir o discurso humano como historicamente condicionado, ao passo que a abordagem histórico-social, tomada como aprofundamento desse princípio, sem suprimir o primeiro, estabelece um segundo princípio, que seria assumir que não apenas historicamente, mas também socialmente se consubstanciam os discursos históricos. Nem a metodologia histórico-crítica original, por assim dizer, nem sua recepção instrumental nos programas de abordagem histórico-social demonstram a capacidade de instrumentalizar seus operadores com a habilidade divinatória pressuposta na declaração teórico-metodológica de que um texto deve ser interpretado à luz da intenção de seu autor.

De outro lado, poder-se-ia reconhecer no programa indiciário esboçado por Carlo Ginzburg um programa de interpretação baseado na intenção do autor. A justificativa seria que o termo que o micro-historiador emprega em sua proposta é justamente aquele que Schleiermacher utilizou largamente: “divinatório”. Nos termos de

---

<sup>64</sup> Para uma aproximação à abordagem histórico-social da Bíblia, cf. GOTTWALD, 2011, p. 19-45 e GOTTWALD, Norman K. *Tribos de Yahweh*. Uma sociologia da religião de Israel liberto. 1250-1050 a.C. São Paulo: Paulinas, 1986. p. 19-38.

<sup>65</sup> Cf. GOTTWALD, 2011, p. 40-45.

Ginzburg, “pode-se falar de um paradigma indiciário ou divinatório”<sup>66</sup>. No contexto do programa indiciário, trata-se de um procedimento divinatório, porque se deve saltar do indício aparente para a sua causa imediata e oculta. Em termos propositivos, na origem do programa, Ginzburg encontra o “caçador agachado na lama, que perscruta as pistas da presa”<sup>67</sup>. O exegeta a procurar, no texto, pistas para encontrar a intenção autoral corresponderia ao caçador ginzburguiano. Em que pese a estreita concordância que o conjunto de argumentos aqui reunidos tem com o paradigma ginzburguiano, resulta necessário admitir, todavia, que não está em jogo naquele paradigma o discernimento da intenção do autor de um texto. Em que pese, ainda, a presente abordagem considerar que a exegese histórico-crítica constitua um elemento do conjunto das práticas indiciárias, o próprio Ginzburg não menciona a exegese como uma das práticas que ele assim consideraria. De modo que não se pode sequer considerar que a identificação entre a metodologia histórico-crítica e o paradigma indiciário autorize a declaração de que aquele conjunto de ferramentas tem por objetivo o discernimento da intenção autoral de textos. A metodologia histórico-crítica pode – e se poderia acrescentar: deve – aliar-se aos postulados hermenêuticos próprios de Schleiermacher e de Ginzburg, mas, em si mesma, e em sua apresentação pública, mesmo atualmente, a metodologia não tem por objetivo teórico-metodológico o discernimento crítico da intenção autoral. Talvez a metodologia tenha nascido muito menos moderna do que se pressupõe, e tenha – por força da presença das Escrituras cristãs na mesa de trabalho dos exegetas? – se dedicado mais ao texto dos autores do que aos autores dos textos.

A fim de que a prática da exegese histórico-crítica esteja justificadamente vinculada à busca pela intenção autoral, é necessário, portanto, que o intérprete esteja, ao mesmo tempo, comprometido com princípios hermenêuticos do tipo schleiermacheriano. É esse tipo de hermenêutica, e não aquele tipo de metodologia, que empresta ao objetivo do intérprete aquele elemento psicológico e divinatório. Sozinho, o método histórico-crítico não pode levar a logro o objetivo de um exegeta que esteja interessado na intenção autoral do texto que analisa. Seria preciso, portanto, de um lado, desvincular a busca pela intenção do autor da discussão estrita da metodologia histórico-crítica. De outro, dirigir a crítica ao programa hermenêutico da *intentio auctoris* à vinculação ideológica à hermenêutica de Schleiermacher ou a seus desdobramentos, e não, novamente, ao método histórico-crítico. Mas, respeitando-se melhores juízos, quer parecer a quem aqui argumenta que, seja a apresentação propositiva da metodologia histórico-crítica como interessada no que pensava o autor do texto, seja a crítica a essa suposta pretensão do método, ambas laboram sobre uma miragem.

---

<sup>66</sup> GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. Em: GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais. Morfologia e história*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 154.

<sup>67</sup> GINZBURG, 1989, p. 154.

## Conclusão

Baseado no princípio crítico-filosófico de que textos constituam função histórica, o método histórico-crítico não assume, por isso, que interpretar textos signifique discernir neles a intenção do autor. O conjunto de ferramentas que ostenta não se apresenta hábil às operações divinatórias. Tampouco a abordagem histórico-social, tomada como aprofundamento crítico-filosófico daquele método, assume programaticamente o discernimento da intenção do autor como seu projeto. O método histórico-crítico desenvolve-se como crítica e resultado da crítica à tradição bíblica eclesiástica, ao passo que a abordagem histórico-social desenvolve-se como crítica da insuficiência do princípio apenas histórico originalmente aplicado ao método, acrescentando a ele o princípio da contingência sociológica dos textos. Durante os procedimentos histórico-críticos e histórico-sociais, está-se o tempo todo olhando teórico-metodologicamente para textos. No ambiente próprio de tais práticas, ouve-se falar de “intenção do texto”, e até mesmo de “teologia do autor”, mas em nenhum momento se transformam tais declarações em discussão teórico-crítica sobre a instância do sentido hermenêutico, muito menos que essa implique a intenção autoral.

A pesquisa pela intenção do autor deriva não das metodologias histórico-críticas, mas do programa hermenêutico de Schleiermacher. Ao menos se pode dizer que é no âmbito daquele programa que pode ser identificada a preocupação teórico-metodológica com o pensamento do autor. Para os praticantes do método histórico-crítico, o desafio seria, então, articular uma reflexão e, eventualmente, uma proposta que desenvolvesse o programa hermenêutico do método. Mas mesmo aqui, e talvez esse seja o argumento final da presente problematização, não está dado, a priori, que o programa deva, necessariamente, assumir como instância normativa da determinação do sentido do texto histórico-criticamente analisado a intenção autoral. Salvo, naturalmente, se o programa for, já de partida, ao modo de Schleiermacher. Seria o caso deste autor que por ora encerra seus argumentos, mas nem por isso, necessariamente, o de outros exegetas histórico-críticos.

## Referências

- BUBAN, Michael. Place and significance of historical criticism in biblical hermeneutics. Thesis (Master of Theology) – Continental Theological Seminary, Brussels, 2017.
- DA SILVA, Rui Sampaio. A reabilitação da empatia: da hermenêutica à filosofia da mente. *Filosofia: Revista da Faculdade de Letras do Porto*, v. 25-26, p. 173-187, 2009.
- DOBBERAHN, Friedrich E. O método histórico-crítico entre idealismo e materialismo. *Estudos Teológicos*, v. 28, n. 1, p. 35-56, 1988.
- ECO, Umberto. *Interpretação e superinterpretação*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- GERSTENBERGER, Erhard S. Exegese vétero-testamentária e sua contextualização na realidade. *Estudos Teológicos*, v. 24, n. 3, p. 203-213, 1984.
- GINZBURG, Carlo. *Relações de força. História, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais. Morfologia e história*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-180.

- GOTTWALD, Norman K. Introdução socioliterária à Bíblia Hebraica. 3. ed. São Paulo: Paulus, 2011.
- GOTTWALD, Norman K. Tribos de Yahweh. Uma sociologia da religião de Israel liberto. 1250-1050 a.C. São Paulo: Paulinas, 1986.
- MAINVILLE, Odette. A Bíblia à luz da História. Guia de exegese histórico-crítica. São Paulo: Paulinas: 1999.
- PALMER, Richard. Hermenêutica. Lisboa: 70, 1999.
- RICOEUR, Paul. Interpretação e ideologias. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
- SCHLEIERMACHER, Friedrich. Hermeneutics and criticism. And other writings. Cambridge: Cambridge Press, 1988.
- SCHLEIERMACHER, Friedrich. Hermeneutik und Kritik mit besonderer Beziehung auf das Neue Testament. Berlin: Reimer, 1838. Disponível em: <<https://bit.ly/2Ki8q5B>>.
- SIMIAN-YOFRE, Horácio. Diacronia: os métodos histórico-críticos. In: SIMIAN-YOFRE, Horácio et al. (Orgs.). Metodologia do Antigo Testamento. São Paulo: Loyola, 2000. p. 73-108.
- SKA, Jean Louis. Sincronia: a análise narrativa. Em: SIMIAN-YOFRE, Horácio et al. (Orgs.). Metodologia do Antigo Testamento. São Paulo: Loyola, 2000. p. 123-148.
- TERRA, Kenner R. C. A leitura das narrativas sagradas: uma crítica à exegese tradicional à luz da Semiótica da Cultura e Teorias Narrativas. HORIZONTE - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião, v. 14, n. 43, p. 859-889, 30 set. 2016.
- TREBOLLE BARRERA, Julio. A Bíblia judaica e a Bíblia cristã. Introdução à história da Bíblia. Petrópolis: Vozes, 1995.
- VAN SETERS, John. A response to G. Aichelle, P. Miscall and R. Walsh, “An elephant in the room: historical-critical and postmodern interpretations of the bible”. Journal of Hebrew Scriptures, v. 9, p. 1-13, 2009.